## PROJETO DE LEI № 008/2023

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE UM OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA JUNTO AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DINIZ JOSÉ FERNANDES, Prefeito Municipal de Jacuizinho, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, encaminha à Câmara Municipal de Vereadores, para apreciação e discussão, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar Operador de Máquinas Pesadas em caráter temporário, por excepcional interesse público, para suprir necessidade emergencial junto ao Serviço Público Municipal, na quantidade, cargo, carga horária e vencimento constante do Artigo 2º, da presente Lei.

Art. 2º - Os cargos a que se refere o Artigo 1º, desta Lei, se efetivarão conforme as especificações do Quadro que segue:

Número vagas	Denominação cargo	Carga horária semanal	Vencimento Básico
01	Operador de Máquinas Pesadas	40 horas	R\$. 1.573,12

Art. 3º – O caráter emergencial, excepcional e temporário de que trata o Art. 1º desta Lei, decorre do aumento do número de maquinas pesadas de propriedade do Município; da falta de servidores concursados e nomeados para o cargo e que estejam disponíveis para operar as máquinas pesadas da Municipalidade; e, pela necessidade e interesse público desse Servidor para atuar junto ao Serviço Público Municipal.

Art. 4º - Os direitos e as obrigações da contratação prevista nesta Lei, serão as constantes do respectivo instrumento contratual e aplicados, no que couber, as disposições do Regime Jurídico dos Servidores do Município de Jacuizinho.

Pesadas à ser contratado em decorrência do disposto nesta Lei, são as constantes

mile .

Ob 103 12013

AFIXADO

EMOR / 03 / 2013 LOURIMONO

RETIRADO

EM...../

do Art. 28 da Lei Municipal Nº 038/2001, de 18 de abril de 2001, com suas alterações posteriores.

Art. 5º - A contratação de que trata a presente Lei, será realizada pelo período de até doze (12) meses, podendo ser prorrogada pelo prazo previsto na Legislação Municipal que dispõe sobre a matéria, podendo ser extinta a qualquer tempo, na hipótese de extinção de alguns ou de todos os motivos que deram origem a mesma, e que estão previstos no Art. 3º desta Lei.

Art. 6º - A contratação prevista nesta Lei, será de natureza Administrativa, ficando assegurado ao Contratado os direitos e deveres previstos no Regime Jurídico dos Servidores Municipais de Jacuizinho e o sistema Previdenciário será o do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão atendidas por conta das Dotações Orçamentárias próprias do Orçamento Municipal vigente.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JACUIZINHO/RS, 27 de fevereiro de 2023.

DINIZ JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se. Data supra. MENSAGEM JUSTIFICATIVA

PROJETO DE LEI № 008/2023

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORAS E SENHORES VEREADORES:

Anexo a presente Mensagem Justificativa temos a grata honra de estar repassando às mãos de Vossas Excelências, para que seja submetido à superior apreciação desse Poder Legislativo, o Projeto de Lei Nº 008/2023, que Autoriza a Contratação de um Operador de Máquinas Pesadas, por excepcional interesse público, para atender necessidade temporária junto ao Serviço Público Municipal.

A contratação ora solicitada decorre do aumento do número de máquinas pesadas de propriedade do Município, especificamente em virtude da doação de uma Pá Carregadeira para a Municipalidade, que está prestes a ser entregue. Assim, a contratação somente se efetivará após a entrega para o Município dessa Pá Carregadeira.

Para esse cargo de Operador de Máquinas Pesadas, como não existem aprovados em concurso público aguardando para serem chamados, deverá ser contratado o aprovado em Processo Seletivo Público que encontra-se em vigência nesta data.

Quando aos demais requisitos dessa contratação, as mesmas constam dos dispositivos do Projeto de Lei anexo.

Por fim, estamos anexando o estudo de Impacto Orçamentário-Financeiro, onde se comprova a viabilidade orçamentária e financeira dessa contratação, cumprindo assim com o que determinam os dispositivos da Lei Complementar 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

São estas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, as justificativas ao Projeto de Lei em anexo, no entanto continuamos à inteira disposição de Vossas Excelências, para quaisquer outros esclarecimentos que julgarem necessário.

DINIZ JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal